



# ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Balanco patrimonial 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Ativo</b>			
<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	24.741	19.298
Contas a receber de clientes	7	26.014	25.885
Estoques		3.640	965
Despesas antecipadas		536	363
Créditos com partes relacionadas	20	78	119
Tributos a recuperar	8	15	2
Outros ativos		841	169
		<b>55.865</b>	<b>46.801</b>
<b>Não circulante</b>			
Aplicações financeiras vinculadas	9	2.283	1.773
Depósitos judiciais		36	39
Tributos a recuperar		18	-
Operações com derivativos		-	106
Ativo de direito de uso	10	493	603
Imobilizado	11	1.267	1.117
Ativo de contrato	12	71.689	61.578
Intangível	13	132.729	124.220
		<b>202.519</b>	<b>189.436</b>
		<b>264.384</b>	<b>236.237</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>31/12/2024</b>	<b>31/12/2023</b>
		<b>55.865</b>	<b>46.801</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Circulante</b>			
Fornecedores	14	2.316	1.970
Empréstimos e financiamentos	15	5.779	12.200
Passivos de arrendamento	15	354	752
Notas comerciais escriturais	16	16.217	17.319
Obrigações tributárias	17	2.007	1.765
Obrigações trabalhistas		3.956	2.937
Obrigações com sócios	20	16.280	10.978
Ônus da concessão		313	304
Débitos com partes relacionadas	20	1.187	843
Adiantamento de clientes		-	4
Outras obrigações		2.605	1.372
		<b>51.014</b>	<b>50.444</b>
<b>Não circulante</b>			
Empréstimos e financiamentos	15	70.076	51.999
Passivos de arrendamento	15	224	7
Notas comerciais escriturais	16	21.393	35.504
Obrigações tributárias	17	130	129
Tributos diferidos	18	1.307	1.249
Provisões para contingências	19	946	1.631
		<b>94.076</b>	<b>90.519</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>21</b>	<b>44.000</b>	<b>44.000</b>
Capital social		44.000	44.000
Lucro acumulado		75.294	51.274
		<b>119.294</b>	<b>95.274</b>
		<b>264.384</b>	<b>236.237</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>55.865</b>	<b>46.801</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração do resultado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Receita líquida</b>			
Custo dos serviços prestados	22	172.808	156.748
Lucro bruto	23	(89.765)	(76.667)
		<b>83.043</b>	<b>80.081</b>
<b>Recargas (despesas) operacionais</b>			
Despesas gerais e administrativas	24	(36.278)	(31.814)
Outras recargas operacionais		371	158
		<b>(35.907)</b>	<b>(31.656)</b>
<b>Resultado operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>47.136</b>	<b>48.425</b>
<b>Recargas (despesas) financeiras</b>			
Recargas financeiras	25	4.666	5.094
Despesas financeiras	25	(11.338)	(14.583)
<b>Resultado financeiro, líquido</b>		<b>(6.672)</b>	<b>(9.489)</b>
<b>Resultado antes do imposto de renda e contribuição social</b>			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	18b	40.464	38.936
Imposto de renda e contribuição social - diferido	18b	(58)	(652)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>30.258</b>	<b>27.797</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração do resultado abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
<b>Lucro líquido do exercício</b>			
Outros resultados abrangentes		-	-
<b>Total do resultado abrangente do exercício</b>		<b>30.258</b>	<b>27.797</b>
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração das mudanças do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>			
	Capital social	Lucro acumulado	Patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2023	44.000	35.714	79.714
Lucro líquido do exercício	-	27.797	27.797
Juros sobre o capital próprio	-	(5.288)	(5.288)
Proposta de destinação do resultado do exercício:			
Distribuição de lucros aos sócios		(6.949)	(6.949)
Saldos em 1º de janeiro de 2024	44.000	51.274	95.274
Lucro do líquido do exercício	-	30.258	30.258
Juros sobre o capital próprio	-	(6.238)	(6.238)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	44.000	75.294	119.294
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Demonstração dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de reais)</b>			
	31/12/2024	31/12/2023	
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido do exercício antes dos tributos sobre o lucro	40.464	38.936	
Ajustes para reconciliar o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido:			
Depreciação e amortização	12.450	12.055	
Juros sobre empréstimos e financiamentos e arrendamentos e amortização de custos de transação sobre empréstimos e financiamentos	5.317	5.883	
Juros sobre notas comerciais escriturais e amortização de custos de transação sobre notas comerciais escriturais	5.382	7.556	
Ganho com operações de swap	(110)	(39)	
Variações monetárias	8	39	
Atualização monetária das contingências	(362)	76	
Provisão para perdas esperadas de crédito esperadas para conta a receber	1.571	(145)	
Reversões de contingências	(323)	(143)	
Resultado na alienação/baixa de imobilizado/intangível	(1)	16	
Perda com derivativos	106	16	
Resultado na baixa de arrendamento	(17)	-	
Variações no ativo e passivo	(4.265)	(4.265)	
Contas a receber de clientes	(1.700)	(217)	
Estoques	(2.675)	(217)	
Depósitos judiciais	3	1	
Tributos a recuperar	133	(112)	
Despesas antecipadas	(173)	(265)	
Outros ativos	(672)	(55)	
Aplicações financeiras - vinculadas	(510)	15	
Fornecedores	346	814	
Ônus da concessão	9	2	
Obrigações tributárias	(843)	(520)	
Obrigações trabalhistas	1.019	240	
Partes relacionadas, líquidas	385	344	
Outras obrigações	1.229	142	
	<b>61.036</b>	<b>60.358</b>	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10.145)	(9.510)	
Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.568)	(5.962)	
Pagamentos de juros sobre arrendamentos	(100)	(137)	
Pagamento de juros sobre notas comerciais escriturais	(6.309)	(7.681)	
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<b>39.914</b>	<b>37.068</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>			
Adições ao imobilizado	(327)	(663)	
Adições ao ativo de contrato e intangível	(27.815)	(21.050)	
Valor recebido pela venda de imobilizado/intangível	34	15	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	<b>(28.108)</b>	<b>(21.698)</b>	
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>			
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	-	(6.097)	
Captações de empréstimos e financiamentos	21.206	-	
Pagamento dos arrendamentos	(732)	(724)	
Pagamento das notas comerciais escriturais	(14.286)	-	
Pagamento dos empréstimos e financiamentos	(12.644)	(11.851)	
Derivativos recebidos	93	26	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	<b>(6.363)</b>	<b>(18.646)</b>	
<b>Aumento (redução) líquido(a) no caixa e equivalentes de caixa</b>			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5.443	(3.276)	
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	19.298	22.574	
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	24.741	19.298	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.			
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2024 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)</b>			
<b>1. Contexto operacional:</b> A Águas de Nova Friburgo Ltda. (a "Concessionária"), sociedade limitada, com sede localizada à Rua Antônio Mário de Azevedo, n.º 417, Duas Pedras, no Município de Nova Friburgo – RJ – Brasil, controlada pela Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A., é uma Sociedade de Propósito Específico de concessão entre a Prefeitura do Município de Nova Friburgo (o "Concedente") e a Águas de Nova Friburgo Ltda., através do Contrato de Concessão celebrado conforme a Licitação nº 002/98, promovido pelo Concedente, em 1998, com prazo de 25 anos, prorrogáveis contados da emissão da ordem de serviço inicial do contrato, que foi em 1º de julho de 1999, tendo o presente contrato a previsão de término para 1º de julho de 2024. Em 21 de julho de 2010 foi assinado um aditivo para prorrogação de mais 180 meses, que fez com que o término do contrato passasse para 1º de julho de 2039. Seu objeto é a gestão integrada dos sistemas e serviços de saneamento básico de água e de esgotos sanitários no perímetro urbano do Município de Nova Friburgo, Estado do Rio de Janeiro. O serviço público de água e esgoto compreende os serviços de operação, conservação, manutenção, modernização, ampliação, exploração e a cobrança direta aos usuários dos serviços, abrangendo, ainda, estudos técnicos, serviços e obras necessários à consecução deste objeto ao longo do período da concessão. A remuneração da concessionária pelos serviços prestados considera a tarifa contratual, conforme proposto no contrato de concessão, e tem por base os volumes de água e esgoto faturáveis e demais serviços, de forma a possibilitar a devida remuneração do capital investido pela Concessionária. A tarifa, conforme contrato, será reajustada anualmente ou toda vez que for comprovada quebra do equilíbrio econômico-financeiro para uma das partes, de			

forma a realizar a devida remuneração dos custos de operação, manutenção e investimentos decorrentes dos investimentos realizados. O presente contrato de concessão possui cláusula de outorga, sendo está um percentual aplicado sobre a arrecadação bruta oriunda do fornecimento de água tratada e coleta e tratamento de esgoto, além da taxa para custeio com a regulação dos serviços concedidos. Fim do prazo da presente concessão, todos os bens públicos e instalações utilizadas pela Concessionária, bem como todas as obras e instalações por ela realizadas para operar plenamente os serviços concedidos, serão revertidas automaticamente para a Prefeitura de Nova Friburgo.

**2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras:**  
2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Adicionalmente, a Concessionária considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07 (R1) na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. A Concessionária preparou essas demonstrações financeiras com base no pressuposto de continuidade operacional. A Administração da Concessionária não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Concessionária. Em 19 de março de 2025, a diretoria executiva da Concessionária autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024. 2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras da Concessionária foram preparadas com base no custo histórico, como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. 2.3. **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Concessionária. 3. **Políticas contábeis materiais:** 3.1. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez, com vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. 3.2. **Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Concessionária. Se o prazo de recebimento é igual ou inferior a um ano, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, através da provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber. Esta provisão é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Concessionária não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais de vencimento. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável. No caso de acordos para valores refinanciados, as contas a receber não consideram encargos financeiros, atualização monetária ou multa. 3.3. **Imobilizado:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (impairment), se houver. O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos irão fluir para a Concessionária. O valor contábil de itens ou peças substituídas são baixados. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. Um item de imobilizado é baixado quando vendido (por exemplo, na data que o receptor obtém o controle) ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada sobre o custo de um ativo, e é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada grupo de bens, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As vidas úteis econômicas estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamentos de informática	5 anos
Veículos	5 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e ajustados, se apropriado, de forma prospectiva. Os bens registrados no imobilizado não possuem vinculação com as concessões de serviços públicos. 3.4. **Ativo de contrato:** Os bens vinculados à infraestrutura da concessão ainda em construção são registrados inicialmente como ativos de contrato, considerando o direito da Concessionária de cobrar pelos serviços prestados aos clientes. Assim, os novos ativos são registrados inicialmente como ativos de contrato, mensurados pelo custo de aquisição, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos e financiamentos capitalizados. Após a entrada em operação dos ativos, fica evidenciada a conclusão da obrigação de desempenho vinculada à construção, sendo os ativos transferidos para o ativo intangível. 3.5. **Intangível:** a) Sistema de água e esgoto: A Concessionária reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário presente nos contratos de concessão, em atendimento à Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), do Comitê de Pronunciamentos Contábeis e à Orientação OCPC 05 desse mesmo Comitê (OCPC 05). O ativo intangível é determinado como o valor da receita de construção auferida na construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Concessionária. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Concessionária. A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. b) Softwares: As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquiri-las e fazer com que estejam prontas para ser utilizadas. Esses custos são amortizados de acordo com a sua vida útil estimada. 3.6. **Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros são registrados de acordo com o CPC 48, que determina a classificação dos ativos financeiros em três categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, e (iii) mensurados ao custo amortizado. Dependendo das características de cada instrumento, eles podem ser classificados em resultado financeiro ou em outros resultados abrangentes. Essas classificações são baseadas no modelo de negócio adotado pela Administração e nas características dos fluxos de caixa contratuais. A Concessionária classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias: **Ativos financeiros - custo amortizado:** São reconhecidos a custo amortizado, os ativos financeiros mantidos em um modelo de negócio cujo objetivo seja mantê-los para receber fluxos de caixa contratuais. Esses fluxos são recebidos em datas específicas e constituem exclusivamente pagamento de principal e juros. **Ativos financeiros - valor justo por meio do resultado:** São reconhecidos pelo valor justo por meio de resultado os ativos que: (i) não se enquadram na classificação ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, (ii) instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio do resultado; e (iii) são gerenciados com o objetivo de obter fluxo de caixa pela venda de ativos. **Ativos financeiros - mensuração inicial:** No reconhecimento inicial a Concessionária mensura seus ativos e passivos financeiros ao valor justo, considerando os custos de transação atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo ou passivo financeiro. **Ativos financeiros - mensuração subsequente:** *Custo amortizado:* esses ativos são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetiva subtraindo-se o valor referente a perda de crédito esperada e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Além disso, é considerado para apuração do custo amortizado o montante de principal pago. *Valor justo por meio do resultado:* os ativos classificados dentro desse grupo são contabilizados por meio de reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Passivos financeiros - reconhecimento inicial:** Todos os passivos financeiros da Concessionária são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Concessionária incluem fornecedores, empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamentos, notas comerciais escriturais, ônus da concessão e débitos com partes relacionadas. **Passivos financeiros - mensuração subsequente:** *Custo amortizado:* são contabilizados utilizando o método da taxa de juros efetivos, onde ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos ou através do acréscimo da taxa efetiva. *Valor justo por meio do resultado:* são contabilizados por meio do reconhecimento do ganho e perda no resultado do exercício. **Desreconhecimento de ativos financeiros e passivos financeiros:** Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando: a) Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e b) A Concessionária transfere seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assume uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse transferindo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou nem transferindo nem retendo substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferindo o controle do ativo. Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sobre o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo montante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado. **Compensação de instrumentos financeiros:** Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. 3.7. **Perda por redução ao valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros:** Os ativos da Concessionária são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda e, se houver, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassar seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso do ativo. A Concessionária baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos abrangem o período da concessão. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, não foi identificado nenhum evento indicando a não recuperabilidade dos ativos da Concessionária. 3.8. **Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Concessionária tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesas no período em que são incorridos. 3.9. **Tributos:** Imposto de renda e contribuição social correntes: A Concessionária adota o lucro real como regime de tributação para apuração do imposto de renda e da contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de duzentos e quarenta mil reais anuais para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. **Imposto de renda e contribuição social diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos tendo como base as adições e exclusões temporárias,

outras das diferenças entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores considerados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias oriundas do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que, na data da transação, não afete o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço, avaliando-se a sua recuperabilidade, de acordo com premissas de projeções, e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. **Tributos sobre as receitas:** As receitas de serviços estão sujeitas à Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS – à alíquota de 1,65% e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, à alíquota de 7,60%. Estes encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado. 3.10. **Provisões:** Geral: São reconhecidas quando a Concessionária possui uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado. É provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. **Provisões para riscos cíveis e trabalhistas:** O Concessionária é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 3.11. **Receita operacional:** i) **Receita de prestação de serviços:** Receitas relativas ao tratamento e distribuição de água e de coleta e tratamento de esgotamento sanitário. São reconhecidas por ocasião do consumo de água ou da prestação de serviços. As receitas ainda não faturadas, cujos serviços já foram prestados, são reconhecidas com base em estimativas mensais dos serviços completados. A receita de outros serviços indiretos de água e esgoto refere-se à prestação de serviço de instalações de hidrômetros e ligação e religação de água e é reconhecida no exercício no qual os serviços são prestados. ii) **Receitas de construção:** A receita relacionada à construção, compreende obrigações de desempenho referentes a projetos de infraestrutura, de acordo com o contrato de concessão. Dessa forma, a construção da infraestrutura necessária para a distribuição de água e coleta e tratamento de esgotamento sanitário é considerada um serviço prestado ao Poder Concedente, sendo a correspondente receita reconhecida ao resultado. Para mensuração destas receitas, a Concessionária estima que a margem é irrelevante, considerando-a zero. Portanto, esta receita de construção é mensurada sem adicional de margem sobre o custo de construção. 3.12. **Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem as receitas de juros sobre aplicações financeiras, juros e multas vinculadas à operação e ganhos com derivativos. A receita de juros é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método de taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem substancialmente os juros e variação monetária com empréstimos e financiamentos, juros capitalizados, juros sobre arrendamentos, variação monetária sobre contingências, tributos sobre operações financeiras, descontos concedidos e perdas com derivativos. As despesas financeiras são reconhecidas conforme o prazo decorrido. 3.13. **Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024:** A Concessionária aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 (exceto quando indicado de outra forma). A Concessionária decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. A adoção dessas alterações de normas não resultou em impacto relevante sobre as divulgações ou os valores divulgados. **Acordos de financiamento de fornecedores - Alterações ao CPC 03 (R2) e CPC 40 (R1):** esclarecem as características dos acordos de financiamento de fornecedores e exigem divulgação adicional de tais acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações visam auxiliar os usuários das demonstrações financeiras em compreenderem os efeitos dos acordos de financiamento de fornecedores sobre os passivos, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. 3.14. **Normas emitidas, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Concessionária, estão descritas a seguir. A Concessionária pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. **CPC 26 (R1) Apresentação e divulgação nas demonstrações financeiras:** introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas. As alterações entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. No Brasil a adoção antecipada não é permitida. A Concessionária está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e notas explicativas às demonstrações financeiras. **IFRS 19 Subsidiárias sem responsabilidade pública:** divulgações: permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido pelo CPC 36 (R3)



# ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

Classificação por categoria	Hierarquia do valor justo	31/12/2024		31/12/2023			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
Ativos financeiros							
Equivalentes de caixa (aplicações financeiras)	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	24.679	24.679	19.234	19.234	
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	-	26.014	26.014	25.885	25.885	
Aplicações financeiras vinculadas	Valor justo por meio de resultado	Nível 2	2.283	2.283	1.773	1.773	
Créditos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	78	78	119	119	
Operações com derivativos	Custo amortizado	Nível 2	-	-	106	106	
Passivos financeiros							
Fornecedores	Custo amortizado	-	2.316	2.316	1.970	1.970	
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	75.855	75.855	64.199	64.199	
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	-	578	578	759	759	
Debêntures	Custo amortizado	-	37.610	37.610	52.823	52.823	
Ônus da concessão	Custo amortizado	-	313	313	304	304	
Débitos com partes relacionadas	Custo amortizado	-	1.187	1.187	843	843	
<p>As políticas de gerenciamento de risco da Concessionária são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Concessionária está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de riscos e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Concessionária. Não houve transferências entre níveis de mensuração na hierarquia do valor justo no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 para esses ativos e passivos. 5.2. Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado de posições de títulos da Concessionária, incluindo as operações sujeitas a taxas de juros e riscos de preços. Risco de taxas de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Concessionária ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo sujeitas a taxas de juros variáveis. A Concessionária utiliza a geração de caixa das atividades operacionais para gerir as suas operações assim como para garantir seus investimentos e expansão. Para suprir eventuais necessidades de caixa para desenvolvimento do negócio, a Concessionária obtém empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais em moedas locais sujeitos à flutuação da taxa do Certificado de Depósito Interbancário ("CDI") e do Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("IPCA"). O risco inerente a esses passivos surge em razão da possibilidade de existirem flutuações nessas taxas que impactem seus fluxos de caixa. A Concessionária também está exposta à flutuação de taxas de juros referentes ao saldo de aplicações financeiras, que são remuneradas com base em percentuais do CDI. A análise de sensibilidade, dos juros sobre os equivalentes de caixa, empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, utilizou as projeções do CDI e IPCA para os próximos 12 meses, este definido como cenário provável, por meio dos relatórios de análise econômica Focus, do Banco Central do Brasil e do Banco Itaú. O cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. Os cenários II e III correspondem a uma alteração positiva e negativa de 25% nas taxas. Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir: Os efeitos nas taxas, são apresentados conforme as tabelas a seguir:</p>							
		Valor	Cenário I	Cenário II	Cenário III		
		Risco	contábil	provável	25%	50%	
Operação							
Ativo							
Equivalentes de caixa	CDI	24.679	28.351	27.433	29.269		
Aplicações financeiras vinculadas	CDI	2.283	2.623	2.538	2.708		
Passivo							
Empréstimos e financiamentos e Notas comerciais escriturais	IPCA	(76.767)	(80.651)	(79.684)	(81.626)		
Passivo líquido	CDI	(37.721)	(43.334)	(41.931)	(44.737)		
Efeito líquido		(87.526)	(93.011)	(91.644)	(94.386)		
CDI (a.a.)		14,88%	(5.485)	(4.118)	(6.860)		
IPCA (a.a.)		5,06%	-	-	-		
<p>5.3. Risco de liquidez: É o risco de a Concessionária não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descausamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. A abordagem da Concessionária na administração de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Concessionária. As tabelas abaixo demonstram análise dos vencimentos para os passivos financeiros em aberto, sem os custos de transação relativos aos empréstimos e financiamentos e notas comerciais escriturais, em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (valores não descontados):</p>							
		Valor	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos		
		contábil					
Em 31 de dezembro de 2024							
Fornecedores		2.316	2.316	-	-		
Empréstimos e financiamentos		76.767	5.890	5.730	65.147		
Passivos de arrendamento		578	354	224	-		
Notas comerciais estruturais		37.721	16.292	14.286	7.143		
Ônus da concessão		313	313	-	-		
Débitos com partes relacionadas		1.187	1.187	-	-		
		118.882	26.352	20.240	72.290		
		Valor	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Acima de dois anos		
		contábil					
Em 31 de dezembro de 2023							
Fornecedores		1.970	1.970	-	-		
Empréstimos e financiamentos		65.396	12.312	4.089	48.995		
Passivos de arrendamento		759	759	-	-		
Notas comerciais estruturais		-	-	-	-		
Ônus da concessão		304	304	-	-		
Débitos com partes relacionadas		843	843	-	-		
		69.272	16.188	4.089	48.995		
<p>5.4. Gestão de capital: Os objetivos da Concessionária ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de sua continuidade para oferecer retorno aos quotistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma adequada estrutura de capital para reduzir o respectivo custo. E, para atingimento desses objetivos, exerce uma gestão financeira e de capital centralizada. Para manter ou ajustar a estrutura de capital, a Concessionária pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos quotistas ou, ainda, emitir novas quotas ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condições com outras empresas do setor, a Concessionária monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde aos empréstimos e financiamentos, passivos de arrendamento e notas comerciais escriturais, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida. Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 podem ser assim sumarizados:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Empréstimos e financiamentos (Nota 15)		75.855	64.199				
Passivos de arrendamento (Nota 15)		578	759				
Notas comerciais escriturais (Nota 16)		37.610	52.823				
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)		(24.741)	(19.298)				
(-) Operações com derivativos		-	(106)				
Dívida líquida (a)		89.302	98.377				
Total do patrimônio líquido (b)		119.294	95.274				
Total do capital (a+b)		208.596	193.651				
Índice de alavancagem financeira - % [a/(a+b)]		42,81%	50,80%				
<p>6. Caixa e equivalentes de caixa</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Caixa e bancos		62	64				
Aplicações financeiras		24.679	19.234				
		24.741	19.298				
<p>Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de liquidez imediata, representados, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário – CDBs, os quais são registrados pelos valores nominais, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com remuneração relacionada à média no período findo em 31 de dezembro de 2024 de aproximadamente 101,1% do CDI (100,44% em 2023).</p>							
<p>7. Contas a receber de clientes</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Clientes (a)		45.580	43.674				
Clientes - parcelamento (b)		2.841	3.498				
Pontos arrecadadores (c)		938	487				
Perdas de créditos das contas a receber		(23.345)	(21.774)				
		26.014	25.885				
<p>(a) Refere-se ao saldo de contas emitidas e ainda não recebidas, além dos valores fornecidos e ainda não faturados (ajuste por competência). (b) Refere-se a acordos firmados entre os clientes e a Concessionária para a quitação de seus débitos. (c) Agentes arrecadadores que já receberam as contas dos clientes e ainda não repassaram para a Concessionária. O aging list de contas a receber é composto da seguinte forma:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
A vencer							
Faturado		15.278	15.430				
Não faturado		7.840	7.481				
Vencidas							
Até 30 dias		2.167	2.185				
De 31 a 60 dias		779	692				
De 61 a 90 dias		404	253				
De 91 a 180 dias		1.133	1.143				
Mais de 180 dias		21.758	20.475				
		49.359	47.659				
<p>Abaixo apresentamos a movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Saldo inicial		(21.774)	(21.919)				
(+) Constituições		(4.612)	(4.215)				
(-) Reversões		3.041	4.360				
Saldo final		(23.345)	(21.774)				
<p>8. Tributos a recuperar: Os impostos e contribuições a recuperar estão assim representados:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
IRPJ		18	-				
PIS		3	-				
COFINS		33	2				
<p>9. Aplicações financeiras vinculadas: O montante de R\$ 2.283 (R\$ 1.773 em 2023), corresponde à obrigação da Concessionária constante no Contrato de Financiamento na modalidade FINEM, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, onde a Concessionária se obriga, como garantia do pagamento de quaisquer obrigações do contrato, a constituir uma conta reserva com saldo não inferior ao montante equivalente à soma das prestações de amortizações do principal e juros da dívida, vencíveis nos três meses imediatamente subsequentes. 10. Ativo de direito de uso</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Amortização de principal		(732)	(724)				
Amortização de juros		(100)	(137)				
Saldo final		578	759				
<p>As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Divida							
2025		-	-	4.089	(76)	4.013	
2026		5.730	(104)	5.626	4.088	(76)	4.012
2027		5.730	(100)	5.630	4.088	(76)	4.012
Após 2027		59.417	(597)	58.820	40.819	(857)	39.962
		70.877	(801)	70.076	53.084	(1.085)	51.999
<p>Empréstimos e financiamentos</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Divida							
2025		-	-	-	-	-	
2026		5.730	(104)	5.626	4.088	(76)	4.012
2027		5.730	(100)	5.630	4.088	(76)	4.012
Após 2027		59.417	(597)	58.820	40.819	(857)	39.962
		70.877	(801)	70.076	53.084	(1.085)	51.999
<p>Arrendamentos</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Divida							
2026		-	-	-	-	-	
		224	7				
		224	7				
<p>16. Notas comerciais estruturais</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Indexador							
Juros							
2025		35.714	50.000				
2026		2.007	3.134				
2027		(1.111)	(3.111)				
Após 2027		37.610	52.823				
		16.217	17.319				
		21.393	35.504				
<p>A movimentação das notas comerciais estruturais é demonstrada a seguir:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Saldo Inicial		52.823	52.948				
Juros e encargos financeiros		5.182	7.455				
Amortização de principal		(14.286)	-				
Amortização de custos de transação		(6.309)	(7.681)				
Amortização de juros		200	370				
Saldo final		37.610	52.823				
<p>As parcelas de longo prazo têm o seguinte cronograma de pagamento:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Divida							
2025		14.286	(34)	14.252	14.286	(101)	14.185
2026		21.429	(36)	21.393	35.714	(210)	35.504
Após 2026		7.143	(2)	7.141	7.142	(8)	7.134
		21.429	(36)	21.393	35.714	(210)	35.504
<p>17. Obrigações tributárias: Os impostos e contribuições estão assim representados:</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
PIS/COFINS/CSLL retidos		58	39				
ISS		222	208				
IRRF		334	328				
PIS		181	173				
COFINS		863	816				
IRPJ		336	153				
CSLL		143	177				
		2.137	1.894				
Passivo circulante		2.007	1.765				
Passivo não circulante		130	129				
<p>18. Imposto de renda e contribuição social: a) Composição dos tributos diferidos: Os tributos diferidos são contabilizados para refletir os impactos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias, cujos efeitos ocorrerão no momento da realização dos valores que deram origem às bases de cálculo.</p>							
		31/12/2024	31/12/2023				
Provisões perdas de crédito esperadas para contas a receber		272	(40)	232			
Provisões para contingências		554	(233)	321			
Provisão participação nos lucros		253	18	271			
Provisões salariais e encargos em acordo coletivo		73	353	426			
Perdas com derivativos		(36)	36	-			
Arrendamentos		53	(24)	29			
Outros		69	222	291			
Ativo fiscal diferido		1.238	332	1.570			
Juros capitalizados		(2.027)	(764)	(2.791)			
Ajustes do regime de tributação transitório Lei nº 12.973/2014 (i)		(303)	303	-			
Demais diferenças temporárias decorrentes da Lei nº 12.973/2014		(157)	71	(86)			
Passivo fiscal diferido		(2.487)	(390)	(2.877)			
Tributos diferidos, líquidos		(1.249)	(58)	(1.307)			
(i) Conciliação da taxa efetiva:							
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		312/2024	312/2023				
Alíquota nominal		40,464	38,936				
Imposto de renda e contribuição social - alíquotas vigentes (Adições) excluídas no cálculo do tributo:		(13,758)	(13,238)				
Permanentes		(289)	1.590				
Juros sobre capital próprio		2.121	-				
Efeito referente a alíquota de adicional do imposto de renda		24	24				
Incentivo cultural (artigo 18 Lei nº 8.313/91)		146	160				
Incentivo empresa cidadã (Lei nº 11.770/08)		10	11				
Programa de Alimentação do Trabalhador (9.580/2018)		343	194				
PRONAS/PCD (art 6º da Lei nº 12.715/2012)		33	-				
PRONON (Lei nº 12.715/2012)		33	-				
Incentivo desportivo (Lei nº 11.438/06 - art. 3º)		70	80				
Fundo da Infância e da Adolescência (Decreto nº 9.580/2018)		35					



## ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO LTDA.

CNPJ: 03.119.806/0001-91

co, vinculadas à compra e venda de materiais ou das prestações de serviços, oriundos do: i) contrato de fruição de utilidades comuns com a Soluções Ambientais Águas do Brasil Ltda., resultando na estrutura de Unidade de Administração Central (UAC) para as áreas de finanças, planejamento, recursos humanos, tecnologia da informação e logística; ii) do contrato de gestão centralizada (Management Fee) com a Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A. 21. **Patrimônio líquido:** a) **Capital social:** O capital social realizado é de R\$ 44.000 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 44.000 em 2023) e está representado por 44.000.000 (quarenta e quatro milhões) de quotas, no valor de um real cada uma.

	31/12/2024		31/12/2023	
	Quantidade de quotas	Participação (%)	Quantidade de quotas	Participação (%)
Saneamento Ambiental Águas do Brasil S.A.	44.000.000	100	44.000.000	100
Total	44.000.000	100	44.000.000	100

b) Distribuição de lucros e juros sobre o capital próprio: No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, foram destinados R\$ 6.237 (R\$ 5.288 em 2023) dos lucros acumulados para juros sobre o capital próprio.

	31/12/2024	31/12/2023
<b>22. Receita líquida</b>		
Receita de prestação de serviços	156.267	149.204
Receita de construção	32.543	22.082
Cancelamentos	(899)	(367)
Receita Bruta	187.911	170.919
Deduções da receita bruta:		
PIS e COFINS sobre serviços prestados	(14.323)	(13.730)
Descontos concedidos	(780)	(441)
Receita líquida	172.808	156.748
<b>23. Custos dos serviços prestados</b>		
Taxas de recursos hídricos e ambientais	(1.345)	(1.287)
Onus da concessão	(3.583)	(3.411)
Energia elétrica	(8.935)	(8.617)
Custo de construção	(32.543)	(22.082)
Materiais aplicados nos serviços	(5.195)	(4.468)
Salários e benefícios a empregados	(18.977)	(18.518)
Utilização de imóveis e telefonia	(453)	(289)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(4.527)	(4.185)
Serviços de terceiros	(3.192)	(2.794)
Depreciações e amortizações	(10.737)	(10.507)

Outros	(278)	(509)
24. Despesas gerais e administrativas	(89.765)	(76.667)
Salários e benefícios a empregados	31/12/2024	31/12/2023
Utilização de imóveis e telefonia	(13.595)	(13.095)
Manutenção/aluguel de equipamentos e veículos	(390)	(629)
Serviços de terceiros	(855)	(751)
Despesas com contencioso	(13.614)	(11.988)
Impostos, encargos, taxas e contribuições	(513)	(1.179)
Depreciações e amortizações	(141)	(132)
Provisão (reversão) perdas de crédito esperadas para contas a receber	(854)	(727)
Reversões de contingências	(1.571)	145
Outras	323	143
	(5.069)	(3.601)
	(36.278)	(31.814)
	31/12/2024	31/12/2023

	31/12/2024	31/12/2023
<b>25. Resultado Financeiro</b>		
Receitas financeiras	2.531	2.926
Rendimentos com aplicações financeiras	(227)	(245)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	1.676	1.724
Juros e multas vinculadas à operação	255	44
Variações monetárias sobre outros ativos	113	89
Ganhos com operações de swap	5	75
Ganho com derivativos	313	481
Outras	4.666	5.094
Despesas financeiras	(10.118)	(13.071)
Juros com empréstimos e financiamentos	(92)	(142)
Juros sobre arrendamentos	(8)	(39)
Variação monetária sobre empréstimos e financiamentos	362	(76)
Atualização monetária das contingências	(415)	(3)
Tributos sobre operações financeiras	(309)	(735)
Descontos concedidos	(3)	(50)
Perdas com operações de swap	(111)	(91)
Perda com derivativos	(42)	-
Outras	(602)	(376)
	(11.338)	(14.583)
Resultado financeiro	(6.672)	(9.489)
<b>26. Seguros:</b> O Grupo Águas do Brasil adota a política de contratar cobertura de segu-		

ros de forma global para riscos de engenharia, patrimoniais, ambientais e de responsabilidade civil dos administradores (D&O), entre outros, especificamente associados à natureza de sua atividade. Os seguros contratados possuem cobertura sobre construção, fornecimento ou prestação de serviços. A cobertura em 31 de dezembro de 2024 está apresentada a seguir:

Ramos	Vigência das apólices	Cober-turas
Responsabilidade civil geral	17/01/2025 a 17/01/2026	13.000
Risco de engenharia e responsabilidade civil obras	31/12/2024 a 31/12/2025	132.878
Responsabilidade civil administradores - D&O	27/10/2024 a 27/10/2025	50.000
Riscos operacionais	17/01/2025 a 17/01/2026	75.000
Riscos ambientais	22/12/2024 a 22/12/2025	5.000
Garantia de concessão	24/01/2025 a 24/01/2026	3.123
Seguro de veículos	17/10/2024 a 17/10/2025	200
Garantia judicial	01/01/2021 a 26/10/2028	2.926

**27. Transações que não envolvem caixa:** Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Concessionária realizou as seguintes atividades que não envolveram caixa e, portanto, foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa:

	31/12/2024	31/12/2023
Adição de arrendamentos	644	50
Juros capitalizados	2.432	2.217
IRRF sobre swap	17	13
Juros sobre o capital próprio	5.851	1.350
	8.873	3.360

**28. Eventos subsequentes:** Em 13 de janeiro de 2025, a Concessionária Águas de Nova Friburgo Ltda. firmou o 8º termo aditivo ao contrato de Concessão, objetivando o seguinte: i) redução de determinadas tarifas; ii) ampliação de descontos de tarifa social; iii) incorporação de tarifa de pequeno comércio; iv) expansão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário; v) readequação de metas dos serviços prestados e vi) estabelecimento de medidas de reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão, através de realinhamento tarifário e ampliação do prazo do Contrato de Concessão por mais 120 meses, a contar do ano de 2039, passando seu término para 01 de julho de 2049.

Danielle Silva de Souza Moreira - Diretor  
Carlos Eduardo Tavares de Castro - Diretor;  
Anderson Xavier de Farias – Contador  
CPF.: 022.482.407-40 - CRC RJ-091850/O-5

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras:** Aos quotistas da Águas de Nova Friburgo Ltda.: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Águas de Nova Friburgo Ltda. ("Concessionária"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 19 de março de 2025. ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda. - CRC SP-015199/F; Gláucio Dutra da Silva - Contador CRC-1RJ090174/O